

Educar para produzir mais e melhor

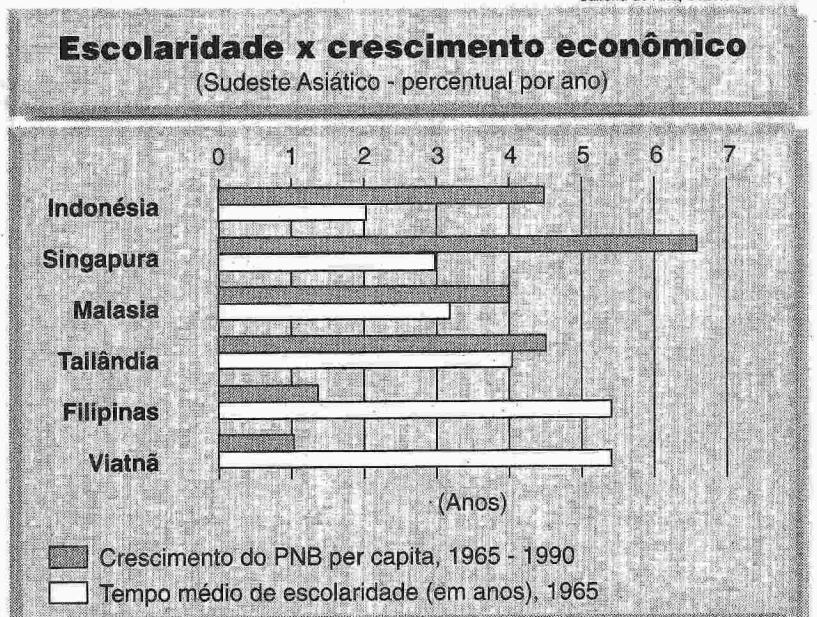
Relatório do Banco Mundial aponta as vantagens comparativas da educação

Não foram apenas os baixos salários que possibilitaram à China a projeção de potência mundial do ano 2000. O Relatório do Banco Mundial de 1995, "Trabalhadores num mundo em integração", traz um exemplo loquaz da vantagem comparativa chinesa em relação a outros países de características semelhantes – grandes, populosos e pobres.

A mesma variedade de grãos de alta produtividade foi introduzida na província chinesa de Hunan e na Índia. Na China, deu bons resultados. Na Índia, nem tanto. A diferença não foi de solo ou clima, mas de educação. A taxa de analfabetismo na Índia (52%) é quase o dobro da chinesa (27%).

A maior parte dos países que saíram de economias planificadas, onde regras administrativas e não o mercado determinam o salário, começa a incorporar o grau de escolaridade e de especialização como critério de remuneração. Na Eslovênia, por exemplo, trabalhadores especializados e com experiência prévia de trabalho viram seus salários crescer à medida que os investimentos privados passaram a adequar sua folha de pagamentos a critérios de produtividade.

Em outros países, como o México, o obstáculo não é a planificação econômica, mas a burocratização da estrutura trabalhista. Aqui, a legislação trabalhista federal, que estabelece como critério de promoção o tempo de serviço, é tida como um desestímulo à especialização dos trabalhadores.



A má gerência dos recursos humanos em um bom número de países explica, em grande parte, por que o nível de escolaridade crescente em todo o mundo não resultou num aumento uniforme de produtividade na economia mundial.

Cinco entre dez alunos de escola secundária hoje moram em países pobres ou em desenvolvimento. Há trinta anos, essa média era de apenas três em cada dez alunos. Em 1960, apenas um terço de todos os adultos de países em desenvolvimento eram alfabetizados. Trinta anos depois, mais da metade já o são.

Em seu "Trabalhadores em um mundo em integração", o Banco Mundial aponta para outras políticas governamentais equivocadas que teriam impedido que esses ganhos em educação fossem traduzidos em desenvolvimento econômico. O Vietnã e as Filipinas, por exemplo, sempre tiveram, historicamente, as maiores taxas de alfabetização do Sudeste Asiático e, nem por isso, cresceram num ritmo superior a outros países da região (ver tabela ao lado).

No Vietnã, o Banco Mundial atribui o descompasso às décadas de economia planificada; nas Fi-

lipinas, à política de substituição de importações. Outros países do Sudeste Asiático, como Indonésia, Cingapura, Malásia e Tailândia, o investimento em educação deu-se concomitantemente à expansão da demanda por trabalho especializado orientada pelo livre mercado.

Essa expansão dá-se principalmente por meio do investimento das empresas privadas em treinamento. É um investimento de duplo risco. Tanto a empresa pode investir num funcionário que brevemente venha a mudar de emprego quanto o empregado pode ser mandado embora sem que sua especialização tenha adquirido um valor de mercado. A República da Coréia, no entanto, é um exemplo de que o investimento em especialização compensa os riscos. Aqui, as empresas continuaram a investir em treinamento apesar de a rotatividade, ao longo dos anos 80, ter atingido, mensalmente, 5 a 6% da mão-de-obra industrial.

Um estímulo mais óbvio à qualificação profissional é o salário. Em todos os países pesquisados pelo Banco Mundial, trabalhadores com mais qualificação tendem a ganhar mais que aqueles com menor qualificação (ver tabela). A qualificação tende a ser proporcionalmente mais bem remunerada quando esta é um bem escasso na economia, como nos casos da Tailândia e da Costa do Marfim, do que em países onde é mais comum encontrar trabalhadores qualificados, como os Estados Unidos e a Eslovênia.



Em casos como o da Indonésia, Peru e Tailândia, a qualificação influencia mais o salário das mulheres do que o dos homens. Isso não significa que as mulheres ganhem mais que os homens. Apenas que o retorno econômico por sua especialização pode ser mais alto.

Se o livre mercado dá o estímulo, o Estado nem sempre responde na medida certa. "Gastos excessivos em burocracias educacionais e infra-estrutura escolar, e não em treinamento de professores e material didático, agravam a quantidade e a qualidade da escolaridade", diz o relatório.

O Brasil não é citado, mas a crítica sobre a prioridade dada à educação superior em detrimentos